

Sistematização de Experiências: uma proposta em oito momentos

Denise Valéria de Lima – Consultora na área de Sistematização

Elza Falkenbach – Professora da Universidade de Ijuí

Mara Vanessa Dutra – Consultora na área de Sistematização

A história do Subprograma Projetos Demonstrativos - PDA¹ e dos projetos por ele apoiados tem demonstrado que há um acúmulo considerável de conhecimento gerado pelas comunidades e organizações sociais, que criam novas tecnologias, modelos de gestão e de produção sustentável. Na tentativa de registrar e resgatar esses conhecimentos, o PDA apoiou onze Sistematizações de Experiências em diferentes locais da Amazônia e Mata Atlântica, com temáticas também diferenciadas.

As onze narrativas produzidas e a sistematização das sistematizações estão sendo publicadas desde o final de 2005, com apoio do MMA, da GTZ e do Banco do Brasil. Este artigo tem por objetivo apresentar algumas informações sobre a metodologia, estratégias adotadas e impactos identificados do processo de sistematização e ainda dar alguns exemplos de núcleos de singularidade².

As experiências sistematizadas

A definição das 11 organizações que participaram do processo baseou-se em critérios relacionados com a diversidade da localização geográfica dos seus projetos, a maturidade das suas experiências e, por conseguinte, o potencial delas em oferecer aprendizagens significativas para o PDA. A metodologia empregada foi definida em função de seu potencial de produzir conhecimento contextualizado com base na participação ativa dos atores envolvidos nas experiências sistematizadas. Com isso tinha-se como objetivo

¹O Subprograma Projetos Demonstrativos – PDA é parte integrante do Projeto Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, executado pela Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente. Tem como objetivo gerar conhecimentos sobre proteção, uso e manejo dos recursos naturais, a partir das experiências da sociedade civil apoiadas na Amazônia e Mata Atlântica.

²Um “núcleo de singularidade” corresponde à forma como se apresenta e/ou se organiza um conjunto de fenômenos como: relações econômicas (produtor-mercado, produtor-órgãos estatais), relações sociais e culturais (de classe, de gênero, entre gerações), relações entre sujeitos e instituições (parcerias, cooperação, concorrências, acordos), lutas sociais (pela terra, por organização, pela produção, pela comercialização), comunicação e difusão (enfoques e formas), entre outros.

favorecer o desenvolvimento das capacidades dos atores locais de atuarem como protagonistas do processo de construção de políticas públicas e de mudança da suas realidades.

Foram selecionadas duas experiências indígenas, duas experiências na área de pesca e manejo de recursos aquáticos da Amazônia brasileira, três experiências com produtores rurais familiares que ajudaram a colonizar o Estado de Rondônia e do Pará e que desenvolvem estratégias de produção sustentável e organização social, com destaque para a experiência do Pará que aborda estratégias de intervenção política e ainda experiências com sistemas agroflorestais e criação de feiras agroecológicas no Nordeste brasileiro.

Nome da experiência	Entidade responsável	Localização
1. Acordos de pesca – uma alternativa econômica e organizacional	Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá	Cametá - PA
2. Difusão de princípios e práticas agroflorestais no Baixo Sul da Bahia	SASOP – Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais	Salvador - BA
3. Os acordos de pesca em Igarapé Miri	Colônia de Pescadores Z-15	Igarapé Miri - PA
4. Estratégias, ações, resultados e desafios na disseminação agroflorestal	Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Extremo Sul da Bahia - Terra Viva	Itamaraju - BA
5. A experiência com comercialização agroecológica	Centro de Desenvolvimento Agroecológico SABIÁ	Recife - PE
6. Produção, beneficiamento e comercialização dos produtos de sistemas agroflorestais	Associação de Produtores Rurais Rolimourense para Ajuda Mútua - APRURAM	Rolim de Moura - RO
7. A história do movimento para o desenvolvimento da Transamazônica e Xingu	Fundação Viver Produzir e Preservar - FVPP	Altamira-PA
8. As mulheres na produção familiar sustentável	Assoc. dos Produtores Alternativos - APA	Ouro Preto do Oeste - RO
9. Construindo relações para a conservação de recursos naturais - Uma experiência do Projeto Refflorar	Grupo Ambientalista da Bahia - GAMBÁ	Salvador - BA
10. Os Timbira e os Frutos do Cerrado	Associação VYTY-CATI das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins	Carolina - MA
Jaguatari Nhemboé – Caminhando e aprendendo com os Guarani	Comunidade Guarani Mbya do Aguapeú e CTI – Centro de Trabalho Indigenista	Mongaguá – SP

Uma das instituições participantes não aceitou o formato proposto de publicação em Revistas de Sistematização e assim se absteve de publicar pelo PDA o seu relato, buscando outras parcerias.

Uma proposta em oito momentos

A proposta metodológica adotada pelo PDA tem como característica criar um “ambiente” no qual os integrantes da prática, dispostos em grupos, realizam a problematização e delimita dentro da experiência o que se quer sistematizar (objeto); o traçado e o desenvolvimento do processo de sistematização. Ou seja, toda a sistematização conta com o olhar de quem participa ou participou ativamente da experiência. As funções desempenhadas no processo são diferenciadas, ao PDA coube a orientação metodológica e o acompanhamento do processo.

Com esse entendimento, a proposta de sistematização apoiada pelo PDA previu oito momentos que se iniciam com a aproximação dos sujeitos da sistematização. É um momento de negociação e de identificação de interesses comuns, em que os participantes da sistematização, inclusive o PDA, são chamados a expor as motivações e os objetivos do processo, isto é, por que sistematizar? Para quê sistematizar? O quê sistematizar?

Em seguida, passou-se à elaboração dos projetos de sistematização por cada uma das 11 organizações sociais participantes. Nesses projetos foram incorporadas as respostas às perguntas acima referidas e ainda estabeleceu-se o aspecto central da experiência que se quer sistematizar (eixo temático) e suas perguntas orientadoras, além da metodologia, ou seja, o como fazer e os instrumentos a serem utilizados.

Realizado o projeto, discutimos a sua viabilidade em termos da ocorrência e disponibilidade de registros sobre a prática a ser sistematizada, a existência de recursos humanos e financeiros, a vontade política dos integrantes da organização, a possibilidade de atingir os objetivos previstos no projeto e, finalmente, montamos um cronograma de atividades. Sistematização tem que ter começo, meio e fim.

O quarto momento é identificar e organizar os registros existentes, que podem ser relatórios, depoimentos, fotografias, enfim, elementos que ajudem a reconstituir a prática sistematizada.

O quinto momento é a elaboração da narrativa e, em seguida, o sexto momento a reflexão sobre a mesma. Nesse momento, lançamos mão de muitas perguntas, dentre as quais citamos algumas a título de exemplo: *a narrativa foi guiada pelo eixo temático e responde às perguntas orientadoras? Permite identificar momentos significativos? Oferece elementos para identificarmos núcleos de singularidade, problemas e tensões da prática? Quais foram as aprendizagens e conhecimentos mais relevantes construídos nas práticas e revelados na sistematização?* E assim por diante.

O sétimo momento é o da reconstrução quando, a partir de uma reflexão sobre o que foi produzido e vivenciado, sugerimos mudanças quanto aos saberes em circulação, quanto às relações de poder e quanto aos sujeitos das práticas (relação consigo, convivência, participação social).

E, finalmente, o oitavo momento é o da comunicação. Os produtos gerados pela sistematização, que podem ser variados, desempenham funções relevantes dentro e fora das organizações sociais. Além de reforçarem a identidade daquela comunidade, disseminam idéias inovadoras e relatos únicos que dizem respeito àquela realidade.

Três exemplos de núcleos de singularidade

Citamos, a título de exemplo, os núcleos de singularidade identificados em três das onze sistematizações aqui referidas:

Sob o eixo temático “acordos de pesca”, as duas experiências sistematizadas tratam da prática social das comunidades de pescadores artesanais das regiões de Cameté e Igarapé-Miri, no Pará, áreas de atuação das Colônias de Pescadores Z-16 e Z-15, respectivamente. Falam da saga das populações locais - “tanto as urbanas (consumidores) como as ribeirinhas (pescadores artesanais) e os mercadores (atravessadores)” - frente ao desastre ambiental decorrente da implantação de usinas hidrelétricas no rio Tocantins, que precedeu os referidos acordos. Resgatam as iniciativas e lutas que possibilitaram à população ribeirinha romper com as relações escravizantes que viviam até as proximidades dos anos 80 e pactuar acordos de pesca que reconfiguraram o uso de recursos ambientais e econômicos: organização em movimentos sociais, construção de alianças com outros movimentos que resultaram em “unidades de

mobilização”, apoio de uma pastoral social ligada à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), conquistas das Colônias de Pescadores.

Os “acordos de pesca” se estabeleceram no bojo de uma luta que buscou, portanto, resgatar condições de vida para essa população atingida pelos danos sociais e ambientais decorrentes de projetos culturalmente invasivos, socialmente excludentes e politicamente antidemocráticos. Podem ser caracterizados como uma prática de resistência: são propositivos, inovadores, culturalmente situados e repactuados continuamente. Têm como protagonistas as comunidades. Pressionado pela demanda dos ribeirinhos organizados, o Estado tem reconhecido e fortalecido os acordos e, com isso, as comunidades têm também conquistado mais força e reconhecimento. Por sua vez, o Estado transfere à população algumas de suas funções, como a de fiscalização. Isto tem gerado tensões nas relações comunitárias e familiares, bem como nas relações entre comunidade e estado, pois há a delegação de funções, mas esta não é acompanhada das condições necessárias - respaldo e preparo dos agentes – ao desempenho das mesmas; essa descentralização intensifica o poder das comunidades, mas lhe atribui uma nova responsabilidade.

A sistematização da prática da Fundação Viver Produzir e Preservar - FVPP mostra como um movimento social preocupado com a sobrevivência de agricultores familiares frente à agressão constante do meio natural e social, colocando em risco vidas e ideais, consegue constituir-se como uma prática de resistência aos processos sociais dominantes que tendem a inviabilizá-los como trabalhadores e mesmo como cidadãos. Mostra como, a partir das lutas desenvolvidas, o movimento que protagoniza consegue expandir-se e complexificar-se, chegando a ser propositivo em suas ações – da sobrevivência ao desenvolvimento sustentável da região.

Utilizando-se de estratégias diversificadas, cria novas formas de mobilização (os “Gritos”) e propõe novas formas de relação com a vida, com a produção, com o trabalho e com o ambiente: “viver, preservar, produzir”. Mostra à sociedade brasileira, a setores das populações de outros países e a instituições nacionais e estrangeiras os problemas da Transamazônica. Utiliza-se também da representação indireta (elegendo vereadores e deputados) para negociar com órgãos governamentais ações no sentido de preservar as riquezas regionais e de criar políticas que viabilizem a região. Em relação ao Estado, percebe as suas diferentes políticas e estratégias, assume atitude reivindicativa e

propositiva, alia-se, quando possível, mas sem deixar-se cooptar e ainda força o governo à tomada de posição e à ação quanto às lutas do movimento. Atua na promoção do desenvolvimento regional, abrindo frentes diversas de proposição e ação, nos âmbitos da produção, meio ambiente, educação, saúde e qualidade de vida.

Impactos do processo de sistematização

Uma avaliação do processo realizado por meio de entrevistas com as organizações que dele participaram ressaltou alguns aspectos. Em primeiro lugar, a importância da sistematização como instrumento para melhoria da prática do projeto (por que estamos trabalhando dessa forma e como essa forma de trabalhar pode ser aperfeiçoada). Pelo menos metade das organizações afirmou ter utilizado os resultados da sistematização na elaboração de outros projetos ou na discussão das estratégias em andamento. O fato de terem vivenciado um processo de sistematização qualificou-as a discutirem com mais profundidade com seus financiadores e parceiros. Uma das entidades que participou do processo pôde realizar uma revisão das suas relações interinstitucionais, estabelecendo novas categorias de parceria. E os próprios parceiros, que também participaram dessa construção identificaram-se nessa categorização, proporcionando maior clareza de papéis e permitindo um planejamento de ações mais realista.

Algumas entidades se valeram da sistematização para ambientar e inserir novas equipes no trabalho. A participação de pessoas que não vivenciaram a experiência sistematizada nas oficinas enriqueceu o processo. Algumas práticas metodológicas adotadas nas sistematizações foram posteriormente incorporadas por algumas entidades na condução e no registro de suas reuniões. Ao avaliar o resultado da sistematização para a sua entidade, o coordenador de uma equipe assim expressou a idéia: “percebemos a importância de estarmos com uma mão no facão e outra no computador”.

As sistematizações também jogaram papel positivo na “construção de identidades” em meio aos participantes das experiências. O resgate das histórias e das trajetórias de luta das comunidades envolvidas permitiram o desenvolvimento de percepções coletivas

sobre os avanços alcançados. Essas percepções são motivadoras e favorecem o resgate de antigos ideais que alimentam novas perspectivas para o futuro.

Os esforços de sistematização geraram produtos de comunicação com conteúdos consistentes. As publicações deixaram de ser meramente descritivas ao trazerem reflexões críticas sobre o desenvolvimento das experiências.

Algumas dificuldades do processo podem ser destacadas. Em meio a tantas demandas de trabalho vivenciadas pelas organizações, manter a dedicação às atividades de sistematização permanece uma dificuldade. Outro desafio encontrado é a dificuldade de elaboração de produtos da sistematização que reflitam a riqueza dos processos. A composição das narrativas nem sempre é uma atividade para os técnicos. Transformá-las em produtos de comunicação com qualidade depende de habilidades que normalmente não estão presentes nas equipes das organizações.

Considerações Finais

O processo de sistematização apoiado pelo PDA reforçou o entendimento sobre a importância no investimento de recursos para viabilizar a realização da Sistematização de Experiências dos demais projetos apoiados. No decorrer desse processo percebeu-se que o maior legado foi o fortalecimento das organizações sociais, dos seus associados e da experiência em si. Isso foi possível devido ao envolvimento e o comprometimento daqueles que vivenciaram as experiências.

O aprendizado do processo não foi incorporado por todas as pessoas das equipes, nem do PDA nem das entidades participantes principalmente em virtude de uma reestruturação dos quadros de pessoal nas entidades e no PDA. Esse fato, embora tenha dificultado a assimilação da metodologia por alguns membros das equipes reforçou o entendimento da importância dessa prática seja para compartilhar os conhecimentos gerados, seja para registrar, comunicar e disseminar as experiências que os companheiros vão desenvolvendo ao longo da implantação de projetos e programas.

Contato das autoras:

deniselimadf@yahoo.com.br

elzaf@unijui.tche.br

maravanes@yahoo.com.br